Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais
Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

NOTA TÉCNICA Nº-231/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP

Assunto: Incidência de Imposto de Renda sobre a licença-prêmio paga em pecúnia

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por intermédio do processo acima epigrafado, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Produção de Folha de Pagamento desta Secretaria de Recursos Humanos solicita esclarecimentos, com vista a dirimir dúvidas existentes, quanto à incidência de imposto de renda sobre os valores pagos a título de licença-prêmio em pecúnia.

ANÁLISE

2. Os autos iniciam com requerimento das senhoras XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXXXXX, beneficiárias de pensão do servidor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para que seja restituído o valor descontado a título de imposto de renda do valor pago a título de licença prêmio em pecúnia, de acordo com as Súmulas nºs 125 e 136, do Supremo Tribunal de Justiça.

3. A Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Produção de Folha de Pagamento desta Secretaria entende que a tributação é devida, em vista do que dispõe o inciso III do art. 43 do Decreto nº 3.000, de 1990, momento em que os autos foram encaminhados a este Departamento para manifestação.

4. Prefacialmente, devemos esclarecer que não compete a esta Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se pronunciar sobre matéria tributária, mas sim a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

5. Atualmente, a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, que em seu art. 43, abaixo transcrito, estabelece que as licenças-prêmio, inclusive

quando convertidas em pecúnia, enquadram-se no conceito de rendimentos tributáveis, ou seja, tal verba pecuniária é base de cálculo do imposto de renda.

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

Seção I

Rendimentos do Trabalho Assalariado e Assemelhados

Rendimentos do Trabalho Assalariado, de Dirigentes e Conselheiros de Empresas, de Pensões, de Proventos e de Benefícios da Previdência Privada

Art. 43. São tributáveis os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, as remunerações por trabalho prestado no exercício de empregos, cargos e funções, e quaisquer proventos ou vantagens percebidos, tais como (Lei nº 4.506, de 1964, art. 16, Lei nº 7.713, de 1988, art. 3º, § 4º, Lei nº 8.383, de 1991, art. 74, e Lei nº 9.317, de 1996, art. 25, e Medida Provisória nº 1.769-55, de 11 de março de 1999, arts. 1º e 2º):

(...)

III - licença especial ou licença-prêmio, inclusive quando convertida em pecúnia;

6. Entretanto, devemos observar que a Secretaria da Receita Federal do Brasil não constituirá os créditos tributários objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, *in verbis*:

Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre: (Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)

I - matérias de que trata o art. 18;

II - matérias que, em virtude de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, ou do Superior Tribunal de Justiça, sejam objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

(...)

§ 4º A Secretaria da Receita Federal não constituirá os créditos tributários relativos às matérias de que trata o inciso II do **caput** deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)

§ 5º Na hipótese de créditos tributários já constituídos, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso. (Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)

7. No caso em análise, a Secretaria da Receita Federal do Brasil editou os Atos Declaratórios Interpretativos SRF nºs 5 e 14, de 2005, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de abril de 2005 e 2 de dezembro de 2005, respectivamente, estabelecendo que:

ADI SRF Nº 5/2005

O **SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 230 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela [Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005](#), e tendo em vista o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 19 da [Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#), e o que consta no processo nº 10168.001185/2005-33, e considerando que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com base no art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, c/c o art. 5º do [Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997](#), autorizou a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, desde que inexistir outro fundamento relevante com relação às decisões que afastaram a incidência do imposto de renda das pessoas físicas sobre as verbas recebidas em face da conversão em pecúnia de licença-prêmio e férias não gozadas por necessidade do serviço, por trabalhadores em geral ou por servidores públicos, por meio dos seguintes pareceres e atos declaratórios:

- I - Parecer PGFN/CRJ/Nº 921/99, aprovado por despacho do Ministro da Fazenda, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de agosto de 1999, e do Ato Declaratório PGFN nº 4, de 12 de agosto de 2002, publicado no DOU de 15 de agosto de 2002;
- II - Parecer PGFN/CRJ/Nº 1458/99, aprovado por despacho do Ministro da Fazenda, publicado no DOU de 31 de março de 2000, e do Ato Declaratório PGFN nº 8, de 12 de agosto de 2002, publicado no DOU de 15 de agosto de 2002; e
- III - Parecer PGFN/CRJ/Nº 1905/2004, aprovado por despacho do Ministro da Fazenda, publicado no DOU de 18 de fevereiro de 2005, e do Ato Declaratório PGFN nº 1, de 18 de fevereiro de 2005, publicado no DOU de 22 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Os Delegados e Inspectores da Receita Federal deverão rever de ofício os lançamentos referentes ao Imposto sobre a Renda incidente sobre os valores pagos (em pecúnia) a título de licença-prêmio e férias não gozadas, por necessidade do serviço, a trabalhadores em geral ou a servidor público, desde que inexistir qualquer outro fundamento relevante, para fins de alterar, total ou parcialmente, o respectivo crédito tributário.

Art. 2º A autoridade julgadora, nas Delegacias da Receita Federal de Julgamento, subtrairá a matéria de que trata o art. 1º na hipótese de crédito tributário já constituído cujo processo esteja pendente de julgamento.

ADI SRF 14/2005

O **SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 230 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela [Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005](#), tendo em vista o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 19 da [Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#), e o que consta no processo nº 10168.004133/2005-19, declara:

Art. 1º O Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 5, de 27 de abril de 2005, editado em decorrência do Parecer PGFN/CRJ/Nº 1905/2004, de 29 de novembro de 2004, tratou da não incidência do imposto de renda somente nas hipóteses de pagamento de valores a título de férias integrais e de licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço **quando da aposentadoria, rescisão de contrato de trabalho ou exoneração**, previstas nas Súmulas nos 125 e 136 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a trabalhadores em geral ou a servidores públicos.

Art. 2º Sofrem a incidência do imposto de renda, prevista no art. 3º, §§ 1º e 4º, da Lei nº 7.713, de 1988, e no art. 43, inciso III, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999), as demais formas de pagamento em pecúnia a título de férias e de licença-prêmio não gozadas

8. Desse modo, somente as licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço pagas **quando da aposentadoria, rescisão de contrato de trabalho ou exoneração** não terão incidência de imposto de renda; contudo, nas demais hipóteses, a incidência é devida.

9. Deve-se destacar que, no âmbito do SIPEC, a única hipótese para pagamento da licença-prêmio em pecúnia encontra-se disciplinada no art. 7º da Lei nº 9.527, de 1997, *in verbis*:

Art. 7º Os períodos de licença-prêmio, adquiridos na forma da Lei nº 8.112, de 1990, até 15 de outubro de 1996, poderão ser usufruídos ou contados em dobro para efeito de aposentadoria ou **convertidos em pecúnia no caso de falecimento do servidor, observada a legislação em vigor até 15 de outubro de 1996.**

Parágrafo único. Fica resguardado o direito ao cômputo do tempo de serviço residual para efeitos de concessão da licença capacitação. (Destques não originais)

10. Tal entendimento encontra-se consubstanciado na Nota Técnica nº 971/2010/CGNOR/DENOP/SRH-MP, de 08/11/2010.

CONCLUSÃO

11. Posto isto, em regra, o valor percebido a título de licença-prêmio é base de cálculo para incidência do imposto de renda, conforme estabelece o Decreto nº 3.000, de 1999. Todavia, os pagamentos efetuados em pecúnia em decorrência do não usufruto da referida licença por necessidade do serviço, **quando da aposentadoria, rescisão de contrato de trabalho ou exoneração**, observados os termos dos atos declaratórios editados pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, não serão tributados pelo Imposto sobre a Renda na fonte, conforme estabelecem os Atos Declaratórios Interpretativos SRF nºs 5 e 14, de 2005.

12. Assim, como o pagamento da licença-prêmio às interessadas decorreu do falecimento do ex-servidor, a incidência do imposto de renda é devida, por não se enquadrar tal situação nas hipóteses ventiladas pela Receita Federal do Brasil nos Atos Declaratórios Interpretativos SRF nºs 5 e 14, de 2005.

13. Com estas informações, submeto o assunto às instâncias superiores, sugerindo a restituição dos autos à Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Produção de Folha de Pagamento desta Secretaria de Recursos Humanos.

Brasília, 12 de maio de 2011.

TEOMAIR CORREIA DE OLIVEIRA

Chefe da Divisão de Direitos, Vantagens, Licenças e Afastamentos

De acordo. À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2011.

GERALDO ANTONIO NICOLI

Coordenador-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Produção de Folha de Pagamento – CODEP/DASIS/SRH-MP, na forma proposta.

Brasília, 12 de maio de 2011.

VALÉRIA PORTO

Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais